

Estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cafeicultura no Nordeste Paulista e no Sul de Minas

Luciana Suarez Lopes*
Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho[♥]

RESUMO

A expansão do café tanto no Nordeste paulista quanto no Sul mineiro conheceu maior dinâmica a partir do século XX, de maneira que tanto a vila paulista de Ribeirão Preto quanto o município mineiro de Campanha apresentaram produção expressiva do café nas primeiras décadas do novo século com mão de obra livre. Porém, a produção significativa da rubiácea já em finais dos oitocentos dava mostras de grandeza, ganhando espaço em meio à produção de gêneros de subsistência se utilizando ainda dos braços cativos. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a realizar um levantamento de aspectos que permitam analisar a estrutura de posse de escravos em seus momentos finais e ao mesmo tempo nos períodos iniciais do café nessas duas localidades.

Palavras-chave: estrutura da posse; escravos; café; Campinas; Campanha

Keywords: structure of ownership; slaves; coffee; Campinas; Campanha

Classificação JEL: N46 - Economic History: Government, War, Law, and Regulation: Latin America; Caribbean.

* Professora Doutora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

[♥] Mestranda em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cafeicultura no Nordeste Paulista e no Sul de Minas

Luciana Suarez Lopes*
Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho♥

INTRODUÇÃO

Os atuais municípios de Ribeirão Preto (SP) e Campanha (MG) estão localizados, respectivamente, no nordeste do estado de São Paulo e no sul de Minas Gerais, distante o primeiro aproximadamente 330 km da capital paulista e o segundo a 316 km da capital do estado mineiro. Pouco mais de 370 km separam as duas localidades. Hoje, essa viagem ainda é longa; em meados do século XIX certamente não poderia ser feita em horas, mas em vários e longos dias. Mesmo assim, no início do Oitocentos, diversos habitantes da região sul de Minas Gerais partiram em direção do nordeste paulista em busca de melhores oportunidades. Dentre os primeiros habitantes da então vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, encontramos vários oriundos do sul mineiro, e vários vindos de Campanha.

* Professora Doutora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

♥ Mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Mapa 1 – Ribeirão Preto (SP) e Campanha (MG)



Fonte: Modificado a partir de <http://www.fotos-imagens.net/wp-content/uploads/2011/08/Mapa-do-brasil-preto-e-branco.gif>. Acesso em 26/06/2015.

SOBRE A FONTE DOCUMENTAL

Os inventários *post-mortem* constituem fonte inestimável de informações sobre os bens e costumes das populações passadas. As informações contidas nos processos dão subsídios suficientes para o desenvolvimento de estudos nas áreas de Demografia, Economia, História e Sociologia. Quanto mais antigos, mais cheios de descrições e detalhes acerca dos bens possuídos, dos costumes e das condições de vida das famílias as quais dizem respeito, sendo possível reconstruir toda uma época passada.

À luz que se irradia dessas laudas amarelcidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemo-las surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de mão e de pilão. [...] É o sítio da roça, que aparece [...]; as palhoças de agregados e escravos; os algodoads pintalgados de branco; o verde anêmico dos canaviais, em contraste com o verde robusto e lustroso da mata vizinha [...] (Alcântara Machado, 1943, p. 23)

Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos são os nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, eram informados os herdeiros e os bens pertencentes ao espólio. Para garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de apresentar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os demais herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo. Eram, então, descritos todos os bens possuídos pelo indivíduo no momento de sua morte e os valores que este, porventura, tivesse a receber ou para pagar a terceiros. Caso todos os herdeiros concordassem com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o *Auto de Partilha*, ou seja, o auto de divisão dos bens.

Apesar de ricos em informações, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte de dados limitada. Sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores.¹

No estudo ora desenvolvido, para Ribeirão Preto foram utilizados os inventários *post-mortem* do período 1880-1888 localizados, na época da coleta de dados, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão.² Para Campanha, foram utilizados os inventários *post-mortem* localizados no Centro de Memória Cultural do

¹ Na amostra considerada, notou-se que o conceito de bens suficientes foi um tanto quanto variável. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não era feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança. Além da falta de obrigatoriedade, outras características dessa fonte documental merecem ser ressaltadas. A morte é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida. Distintos são os cabedais descritos e as situações em que são avaliados. No entanto, acredita-se que essas particularidades não diminuem em nada o potencial desses documentos como fonte de dados para o estudo ora desenvolvido.

² Considerou-se também alguns processos ribeirãopretanos que estavam arquivados em São Simão, já que originalmente Ribeirão Preto pertencia a São Simão. O desmembramento oficial, aprovado em 1871, somente ocorreria em 1874, com as primeiras eleições e o estabelecimento da Câmara Municipal. Num primeiro momento, foram selecionados todos aqueles inventários que, mesmo tendo sido iniciados em São Simão deixavam claro em seu termo de abertura que eram referentes a moradores da então freguesia ou vila de Ribeirão Preto. Num segundo momento, foram incorporados a essa amostra os inventários abertos em São Simão que possuíam mais de 50% do valor dos bens imóveis listados em terras que viriam a se tornar a vila de Ribeirão Preto. Atualmente, devido a uma reestruturação dos serviços de arquivo do sistema judiciário, os processos arquivados foram transferidos para Jundiáí, interior de São Paulo. No entanto, os processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto continuaram na cidade, sendo atualmente preservados pelo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Já os processos do Segundo Ofício de Ribeirão Preto, do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão encontram-se em Jundiáí.

Sul de Minas – CEMEC – e no Fórum Municipal, da última década da escravidão, ou seja, 1880-1888.

**Tabela 1 – Inventários pesquisados para Campanha
(1880-1888)**

Ano	Campanha	
	Número	%
1880	13	9,24%
1881	21	15,22%
1882	13	9,42%
1883	12	8,70%
1884	20	14,49%
1885	19	13,77%
1886	9	6,52%
1887	13	9,42%
1888	18	13,04%
Total	138	100,00%

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

CAMPANHA E RIBEIRÃO PRETO

No final do século XIX, as localidades de Campanha e Ribeirão Preto apresentavam graus de desenvolvimento bem distintos. Ribeirão despontava como uma das principais localidades cafeicultoras de São Paulo, sendo sua economia dinâmica e diversificada, sendo marcantes os seus vínculos com o comércio exterior. Já Campanha tinha sua economia voltada para o mercado interno, e a cafeicultura encontrava-se em seus momentos iniciais. Em 1900, Ribeirão Preto possuía quase 60 mil habitantes, enquanto Campanha contava com aproximadamente 20 mil.

Contudo, dados do Recenseamento Geral do Império mostram que poucos anos antes a situação era distinta, pelo menos em termos populacionais. Campanha, em 1872, possuía uma população total de 20.771 habitantes, dos quais 6.750 escravos. Já Ribeirão Preto, possuía em 1874, um total de 5.552 habitantes, dos quais 857 escravos. A porcentagem de cativos na população total das duas localidades mostra-se bastante

diferente: Campanha possuía 32,5% de escravos em sua população e Ribeirão Preto apenas 15,4%. A julgar pela população e pela mão-de-obra cativa presentes nas localidades, poderíamos supor ter Campanha mais condições de evoluir economicamente que Ribeirão Preto. Contudo, não foi isso o que ocorreu.

Campanha, localidade mineira, bem mais antiga que a Ribeirão Preto, tem sua origem ligada ao início da exploração aurífera em Minas Gerais, iniciada pelos bandeirantes paulistas ainda no século XVII.

O arraial foi fundado em 1737 por Cipriano José da Rocha, Ouvidor-Mor da comarca do Rio das Mortes. Em 1739 foi elevada à categoria de Paróquia, sendo em 1752 instituído, por Ordem Régia, o distrito de Santo Antônio do Vale da Campanha do Rio Verde (IBGE, 2014).

Seu desenvolvimento em termos de crescimento populacional e a necessidade de realização de obras públicas como calçamento de ruas e abertura de estradas, fez com que os residentes de maior influência solicitassem a criação da vila de Campanha em 1795. A Câmara Municipal de São João del-Rei, sede da comarca, preocupada com as perdas de receita obtidas através de lojas, vendas e criação de gado já abundantes na região, foi contra a solicitação, alegando ser a população local composta majoritariamente por mulatos, escravos, e mestiços, desprovidos de nascimento e conceito, não possuindo as características necessárias para os cargos de juízes e vereadores. (Andrade & Cardoso, 2000) Apesar dos protestos, o arraial foi elevado à categoria de vila em 1798 recebendo o nome de *Campanha da Princesa da Beira*.

Localizada na região mais ao sul da capitania, Campanha da Princesa, termo da comarca do Rio das Mortes, abarcava dez freguesias, sendo elas Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí e Aiuruoca. Em 1833, a comarca do Rio das Mortes foi desmembrada, dando origem à comarca do Rio Paraibuna, e a do Rio Sapucaí, congregando os termos de São Carlos do Jacuí e Pouso Alegre, tendo Campanha como sede da comarca do que hoje é considerado Sul de Minas. (Graça Filho, 1998, p. 27)

O Sul mineiro constituía o caminho das tropas que abasteciam a Corte, além de ter se convertido no principal centro de produção e abastecimento do mercado carioca especialmente a partir de 1808. Tal região era composta por propriedades escravistas

essencialmente voltadas para o abastecimento interno, cuja economia de subsistência, então, teria sido estabelecida para abastecer a capitania no século XVIII, mantendo a mesma natureza da economia regional através do direcionamento do excedente para o mercado do Rio de Janeiro. (Lenharo, 1993, p. 48)

Nesse contexto, Campanha se caracterizou como a principal vila do território, pelo menos durante a primeira metade do século XIX. Sendo a localidade mais antiga, ao lado de Airuoca e Baependi, a vila se destacou ainda pela expansão de suas freguesias no âmbito comercial, por seu plantel de cativos e por se interligar comercialmente às demais regiões do sudeste. Segundo Marcos Andrade, para o ano de 1824, as freguesias que compunham o sul mineiro, a saber, Conceição do Pouso Alto, Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, Santa Catarina, São Gonçalo, Maria de Baependi e Santo Antônio da Campanha, apresentavam um total de 47.348 habitantes. (Andrade, 2010, p. 4)

Para o ano de 1836, o relatório fiscal da província mostra que Campanha ocupava o sexto lugar em atividade açucareira, com 84 engenhos, bem como a maior quantidade de pequenos comércios, com 471 vendas. Assim, a produção nos engenhos era comercializada tanto nestes estabelecimentos quanto nos caminhos que interligavam as fazendas, os arraiais e as vilas até as províncias carioca e paulista, demonstrando a articulação existente entre os setores produtivo e comercial. No que tange à vida nas fazendas, as unidades escravistas giravam em torno do plantio de cana, produzindo açúcar, aguardente e rapadura, além da criação de animais. Por várias décadas a produção consistiu nos cereais como arroz, feijão e milho, nos animais suínos e bovinos e em produtos como açúcar, algodão, fumo, chapéus e tecidos. Tais atividades, embora garantissem o enriquecimento dos proprietários mais abastados da região, representavam pouco na composição da riqueza. Porém, estas atividades eram as grandes responsáveis pelas casas de vivenda, benfeitorias e senzalas (Andrade, 2010; Lenharo, 1993).

Já a localidade paulista de Ribeirão Preto tem sua origem na antiga freguesia de São Simão. Colonizada por mineiros no início do século XIX, a freguesia de São Simão foi a primeira a ser criada ao sul do Rio Pardo, fundada pelo mineiro Simão da Silva Teixeira, originário de São João del Rei. Foi ele o doador das terras para formação do

patrimônio e construção de uma capela em homenagem a São Simão. Em 1842 a capela tornou-se freguesia, sendo elevada à categoria de vila em 1865.

Dentre seus mais antigos habitantes, encontramos, vindo de Campanha, José Borges da Costa. (Lages, 1996, p. 139) Morador da região pelo menos desde o final da década de 1820, Costa era um dos principais proprietários da fazenda Barra do Retiro. Foi ele também um dos principais doadores de terras para formação do patrimônio eclesiástico de São Sebastião, patrimônio este que deu origem à vila de Ribeirão Preto. Mas José Borges da Costa não foi o único povoador vindo do Sul de Minas Gerais. Como pode ser observado na Tabela 1, vários foram os entrantes mineiros localizados em São Simão por volta de 1835.³ A grande maioria desses mineiros deixou o sul de Minas durante a década de 1820. O que teria motivado essa migração? Não sabemos ao certo.

Diferentemente de outras localidades, que consideram como sendo a data de sua fundação aquela correspondente à elevação da localidade à categoria de vila, Ribeirão Preto considera como data de fundação a da demarcação das terras doadas ao patrimônio de São Sebastião, feita em 19 de junho de 1856.

A localidade foi elevada à categoria de freguesia em 1870 e, em 1871, pela lei nº. 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de “Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto” (Miranda, 1971, p. 14), sendo oficialmente desmembrada de São Simão. Com esse desmembramento, a então vila de São Simão perde mais da metade de seu território. A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades administrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava então com quatro ruas, seis travessas e dois largos. (Miranda, 1971, p. 14)

As primeiras informações sobre a recém criada localidade são as do *Almanak da Província de São Paulo*, publicado em 1873. Contudo, os informes limitam-se às datas de elevação à freguesia e à vila, além dos nomes de algumas autoridades locais. O

³ Infelizmente, a lista nominativa de 1835 não traz a origem dos habitantes listados, mas José Antônio Lages fez um acompanhamento, partindo dos nomes constantes da mencionada lista, nas listas nominativas anteriores referentes à vila de Casa Branca, nas quais a origem do morador era informada, dando origem aos dados apresentados na Tabela.

vigário era Ângelo José Philidory; o sub-delegado, Antonio Alves Pereira de Campos e os suplentes, Luiz Antonio da Cunha Junqueira, Jacintho José de Souza e José Rodrigues de Faria.

Tabela 2 – Relação de moradores recenseados em São Simão em 1835 e que aparecem em listas nominativas anteriores de Casa Branca

Morador	Procedência	Primeira aparição nas listas nominativas de Casa Branca
Simão da Silva Teixeira	São João Del-Rei	1814
José Borges da Costa	Campanha	1814
José Bento Nogueira	Baependi	1826
Joaquim José Ferreira	São João Del-Rei	1826
Amaro José do Vale (pai)	Ouro Fino	1825
Amaro José do Vale (filho)	Ouro Fino	1826
Custódio José do Vale	Lavras	1827
João Xavier do Vale	Lavras	1827
João Manuel de Pontes	Caldas	1827
Luis Pires de Camargo	Baependi	1822
Antonio Joaquim da Rocha	Cotia	1829
Domiciano Manuel de Pontes	Caldas	1829
Pedro Alves de Oliveira	Lavras	1827
Manuel Joaquim dos Santos	Lavras	1827
Joaquim Félix Pereira	Campanha	1829
João Pereira de Barros	Lavras	1825
João José da Cunha	São João Del-Rei	1826
André Alves	Campanha	1827
José Antonio Pereira	Lavras	1826
Feliciano Pires	Santana	1829
José Francisco	Lavras	1829
Manuel da Cunha	Campanha	1826
João Dias	Lavras	1825
Antonio Jacinto Nogueira	Baependi	1825
Pedro Angelo Pimenta	Lavras	1822
Custódio José Carlos	Lavras	1825
Antonio Joaquim de Souza	Baependi	1829
Vicente Garcia	Lavras	1825

Fonte: Lages, 1996, p. 139-140.

No entanto, como as informações do *Almanak* eram referentes ao ano fiscal de 1871-1872, os dados sobre Ribeirão Preto foram incluídos nas estatísticas referentes a São Simão. Apesar do desmembramento das duas localidades ter ocorrido oficialmente em 1871, a separação administrativa das duas vilas ocorreu apenas em 1874, ano das primeiras eleições e da criação da Câmara. Conforme a Tabela 2, os fazendeiros

simonenses dedicava-se à criação de gado, porcos e aos cultivos do café e da cana-de-açúcar.

O primeiro levantamento mais completo sobre a população ribeirãopretana e suas atividades econômicas ocorreu em 1874, como parte do Recenseamento Geral do Império de 1872.⁴ Naquele ano, existiam 5.552 habitantes, dos quais 857 escravos. Essa população era composta basicamente por brasileiros brancos, solteiros, católicos e analfabetos.

Tabela 3 – Atividade dos Fazendeiros Simonenses, 1871-1872

Atividades	Número de fazendeiros
Criadores de gado vacum	16
Criadores de gado vacum e suíno	27
Fazendeiros de café	15
Fazendeiros de cana	1

Fonte: Lunè & Fonseca, 1873.

Nesse mesmo ano, a população escrava totalizava 15,5% do total da população em Ribeirão Preto. À primeira vista, esse número pode parecer pequeno, mas outros municípios, no mesmo ano, apresentavam porcentagem semelhante. No Vale do Paraíba, região em que a cafeicultura absorvia a maioria dos recursos, a porcentagem de cativos na população de Lorena e Cruzeiro era de 14,8%. Em Paraibuna e São José dos Campos as porcentagens eram, respectivamente 9,1% e 9,2%. (Marcondes, 2000, p.9) Em Guaratinguetá, localidade que, “no decênio de 1870, caminhava vigorosamente para o auge de sua produção cafeeira”, a porcentagem de cativos na população era de 20,1% e, em Silveiras, os cativos eram 17,5% do total de habitantes. (Motta & Marcondes, 2000, p. 269-270)

O rápido desenvolvimento da cultura cafeeira, principalmente durante as décadas de 1880 e 1890, foi o grande motivador do crescimento populacional observado em Ribeirão Preto no final do século XIX. Entre 1890 e 1900, a população brasileira cresceu a uma taxa anual de aproximadamente 2,5%, passando de 14.333.915 habitantes

⁴ Na província de São Paulo, esse levantamento ocorreu em 1874. Os dados do censo foram gentilmente cedidos por Maria Silvia Bassanezi, pesquisadora do NEPO/UNICAMP. (Bassanezi, 1998)

em 1890 para 17.438.434 em 1900.⁵ No mesmo período, a população ribeirãopretana passou de 12.033 habitantes, em 1890, para 100.185, em 1900, num crescimento anual calculado em 30,33%.⁶

A CHEGADA DA CAFEICULTURA

As primeiras lavouras de café no sul mineiro constam das décadas finais do século XVIII, situadas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do Sapucaí, ao passo que tem-se os tropeiros como as figuras que possivelmente trouxeram o café para a região, já que saíam de Minas Gerais para deixar suas mercadorias no Rio de Janeiro “e iam carregar as cangalhas de suas mulas com mudas e sementes de café, no Medanha, antes de subirem a serra de volta” (Valverde, 1967, p. 39). Podem também ter sido os boiadeiros, uma vez que, segundo Zemella (1990), desde 1765 as boiadas faziam o caminho do Sul de Minas até o Rio de Janeiro, passando por vales mineiros onde predominavam a criação de gado, como o Rio das Mortes, Rio Verde e Rio Sapucaí. Independente de terem sido tropeiros ou boiadeiros os agentes que trouxeram as primeiras mudas do café para a região Sul de Minas, o fato é que a produção inicial do café era destinada ao consumo próprio, de modo que pouco a pouco foi ampliando-se para suprir as necessidades locais.

No entanto, grande parte da literatura acerca do café na região aponta a segunda metade do século XIX como o período de introdução da rubiácea. Maria Lucia Prado Costa (2002) indica que a introdução do café se deu na década de 1860 e sua expansão na de 1870 por fazendeiros antigos e prósperos da região de Alfenas e Pouso Alegre, decididos em investir na plantação cafeeira. Para Ricardo Moreira Rebello (2006), em 1870 já existia 220 mil pés de café na freguesia de Machado, já exportando para Rio de Janeiro e São Paulo. Um pouco antes, o memorialista Moacyr Brêtas Soares (1940)

5

Disponível

em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm#sub_download>.

Acesso em: 13/12/2006.

⁶ Caso mantida a integridade territorial desfeita pelo desmembramento dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, respectivamente em 1896 e 1897.

afirma 1840 como o ano de introdução do café, oriundo da Zona da Mata, na cidade de Muzambinho, sendo cultivado primeiramente em fazendas com muitos escravos.

De qualquer forma, foi apenas no último quartel dos oitocentos que a planta ganhou expressão entre os fazendeiros da região, ainda que em menor escala do que viria a ter nas décadas iniciais do século XX. A expansão do café no Sul de Minas trouxe consigo profundas mudanças em sua economia especialmente a partir de 1870, apresentando uma nova dinâmica na região. De fato, a estrutura social que imperou no século XIX estava em transformação, e com ela o modo de organização dos municípios sul-mineiros. A localidade expandiu seus centros urbanos, conseguindo ainda modernizar algumas cidades.

A partir do terceiro quartel dos oitocentos, Minas Gerais também passou a construir malhas ferroviárias para garantir o escoamento do produto principalmente para o porto de Santos em São Paulo e o porto do Rio de Janeiro. Com o “boom” do café, as tropas encontravam mais dificuldades para transportar a mercadoria, que era produzida em várias localidades. Além disso, as ferrovias dinamizavam o comércio, evitando perdas e reduzindo o tempo de transporte. Portanto, não fossem as estradas de ferro, o desenvolvimento da economia pautada pelo café não teria sido possível.

Nesse contexto de transformações, o município de Campanha continuaria ainda apegado à agricultura tradicional na última década da escravidão. Rebello (2006) aclara que o café era produzido na Vila de Campanha desde a década de 1820, sem conseguir atender a demanda do Termo. Em 6 de janeiro de 1873, o jornal campanhense Colombo divulga anúncio de compra e venda da Praça do Mercado da cidade, na qual o café é ofertado em meio a itens como milho, feijão, arroz, toucinho, algodão, rapadura, capados, rezes, queijos, sal, frangos e peixes.

Em 1885, o Almanak Laemmert na página 370 destaca que na freguesia de Campanha, além de fábricas de velas de cera, sinos, licores, cerveja, chapéus, telhas, tijolos e cachimbos, “há criação de gado e porcos, sendo as culturas de cereais e cana as mais usadas, começando ultimamente a desenvolver-se a plantação do café”. A mesma fonte declarou que na freguesia das Águas Virtuosas, a cultura do café já é muito utilizada, cultivando-se ainda o fumo e a cana, além de uma pequena indústria de cera. Em Bom Senhor Jesus do Lambary, “a cultura da cana é a mais usada, plantando-se em

menor escala fumo e café [...]. A freguesia exporta porcos e cereais, e também alguma cera” (1885, p. 377). Quanto a Três Corações do Rio Verde, “a cana é a cultura mais usada, cultivando-se também cereais e café. Engordam-se muito gado, criando-se igualmente porcos, tudo destinado à exportação” (1885, p. 379). A freguesia do Espírito Santo da Mutuca, por sua vez, “cultiva-se além de cereais, muito café, cana e fumo” (1885, p. 381). Por fim, São Sebastião do Cambuquira a cana é a cultura mais usada.

Assim, segundo o Almanak de 1885, o café no município de Campanha estava em sua fase inicial, consistindo em uma cultura em meio a várias outras. A partir da tabela abaixo, apenas metade das freguesias que compunham o município apresentavam plantação cafeeira de maior vulto, voltadas para exportação, embora em quantidade muito inferior se comparado a cidades do Oeste paulista ou Zona da Mata. As demais freguesias provavelmente destinavam sua produção cafeeira para consumo próprio.

Tabela 4 – Cafeicultura em Campanha em 1885

Freguesias	Fazendeiros	Cafelistas	Pés de café
Campanha	68	-	-
Águas Virtuosas	13	6	100.000
Senhor do Bom Jesus do Lambarý	15	3	50.000
Três Corações do Rio Verde	56	-	-
Espírito Santo da Mutuca	51	11	200.000
São Sebastião do Cambuquira	32	-	-

Fonte: Almanak Laemmert, 1885.

Tais atividades agropastoris, embora garantissem o enriquecimento dos proprietários mais abastados da região como as grandes responsáveis pelas casas de vivenda, benfeitorias e senzalas, representavam pouco na composição da riqueza (Andrade, 2010; Lenharo, 1993). Para tanto, era indispensável a mão de obra servil, cuja distribuição em Campanha evidencia que a maioria destes estava empregada na agricultura. O grande número de escravos está diretamente relacionado ao poderio econômico da elite agrária no Sul de Minas Gerais, que gozou de importância social e política ao logo do todo século XIX.

Nesse contexto, a manutenção da sociedade sul-mineira dependia essencialmente de dois aspectos primordiais: de um lado, continuidade das relações mercantis de abastecimento interno, e, por outro, a estrutura produtiva assentada na escravidão. Dessa maneira, estava garantida a organização social por meio da mão de obra barata, e esta, por sua vez, embasava a interação comercial com a capital do Império, o que conferia prestígio e poder político à elite da região. Vale ressaltar, porém, que a expansão do café na região ocorreu na mesma década em que acabou a escravidão no Brasil.

Na Zona da Mata, cuja inserção do café se deu em meados dos XIX, os fazendeiros enfrentaram sérias dificuldades quando se viram sem braços cativos. Tanto suas estruturas de renda comprometidas com plantéis escravistas quanto o fato de seus cafezais antigos não alcançarem altos níveis de produtividade quando da abolição, fizeram com que se estreitassem as rendas dos cafeicultores ao longo do tempo. Como consequência, a baixa produtividade implicava uma concorrência desigual com produções de fronteira, bem como a falta de recursos financeiros impossibilitava a introdução de mão de obra assalariada e inovações na produção (Saes & Castilho, 2013).

No Sul de Minas, ao contrário, as fazendas cafeeiras ainda em formação herdaram pouco da cultura escravista, visto que a expansão do café que teve início na década de 1880 se potencializou alcançando plena atividade nas décadas iniciais do século XX. De fato, em 1888 a produção cafeeira no Sul de Minas

No contexto do nordeste paulista, o desenvolvimento da cultura cafeeira tem início na primeira metade do século XIX. Conforme Taunay, a cidade de Campinas teria sido a porta de entrada do café na região. (Taunay, 1939, vol. 2, p. 332) Partindo de Campinas, o café teria demorado um pouco até penetrar o interior, que ainda era pouco habitado, sendo a escassez populacional o motivo dessa demora.

Registros de viajantes mostram que os poucos habitantes dessas regiões interioranas dedicavam-se ao cultivo de gêneros de subsistência, e criação de gado e pequenos animais. Sobre a freguesia de Casa Branca, D´Alincourt relata,

[...] a gente é bisonha, e desconfiada, o sítio saudável, e alegre; as águas boas: um comprido vale coberto de arvoredo, semicircunda o lugar e a ele vão dar outros menores igualmente cobertos, cuja variedade forma uma agradável perspectiva. Estes povos colhem algodão, milho, feijão, e algum trigo; plantam

cana-de-açúcar; porém o forte de seu negócio consta de gado vacum e capados. (D'Alincourt, 1975, p. 65)

Saint-Hilaire, que visitou a região em 1817, registrou suas impressões sobre o trecho percorrido entre Franca e Mogi-Mirim. Foram aproximadamente quarenta léguas, ou 264 quilômetros, atravessando campos pouco acidentados, com pastagens e algumas flores, cujas atividades não se afastavam muito daquelas apontadas por D'Alincourt. Ainda não há menção ao café e a atividade predominante é a criação de gado e outros animais, notadamente suínos.

A produção semovente era comercializada via Minas Gerais, mais especificamente São João Del-Rei ou enviado para as cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro.

Os fazendeiros aproveitam-se das excelentes pastagens que o lugar oferece, dedicando-se à criação de ovelhas e de numeroso gado, não negligenciando também a de porcos. Os mais ricos, [donos de fazendas ou de grandes propriedades – LSL/RC] enviam as suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João del Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar. Ali, a má qualidade das pastagens não tarda a fazer com que a maioria morra, o que força os seus proprietários a comprar outros. Alguns anos antes da época de minha viagem, os bois não valiam ali mais do que 3.000 réis; em 1819 os negociantes compravam-nos até por 5.000. (Saint-Hilaire, 1976, p. 92-93)

Os primeiros dados sobre produção de café na região seriam registrados pelo marechal Daniel Pedro Müller, em 1836. Sua compilação, feita com base nas listas nominativas de 1835, mostra que apesar da existência do café, a economia paulista tinha como atividade principal o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados. Essas atividades concentravam-se no quadrilátero formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçú e Jundiaí. Nessa área, destacava-se a vila de Campinas, responsável por 28,1% da produção de açúcar e 15,8% da produção de aguardente da província em 1836. (Cf. Müller, 1978, p. 129 e 131)

Nessa época, o território do futuro Arraial de São Sebastião do Ribeirão Preto pertencia à vila de Mogi Mirim. Como foi mencionado anteriormente, em 1841 ocorreria o desmembramento de Casa Branca, em 1865, o de São Simão e, em 1871, o de Ribeirão Preto. De acordo com os dados apresentados pelo marechal e reproduzidos na Tabela 3, na região das vilas de Franca e Mogi-Mirim a economia era caracterizada pela criação de

animais e pela produção de gêneros alimentícios. Panorama semelhante ao relatado pelos viajantes dez anos antes. A produção de arroz, milho, fumo e algodão nessas duas localidades era consideravelmente maior do que a de Campinas, assim como as criações de gado bovino, suíno, equino, ovino e muar. Essas duas localidades, Mogi-Mirim e Franca, respondiam por aproximadamente onze por cento da produção paulista de gado bovino em 1836.

Tabela 5 – Produção de algumas localidades paulistas, 1836

Produtos	Unidade	Mogi-Mirim	Campinas	Franca
Café	Arrobas	610	8081	211
Açúcar	Arrobas	40520	158447	271
Aguardente	Cadanas	2312	7399	337
Arroz	Alqueires	8668	3672	2111
Farinha de mandioca	Alqueires	-	952	3893
Feijão	Alqueires	12558	21015	-
Milho	Alqueires	354707	96786	138632
Fumo	Arrobas	1850	358	311
Algodão em rama	Arrobas	355	-	-
Porcos	Unidades	14506	3137	5613
Gado cavalari	Unidades	1574	221	353
Gado muar	Unidades	477	29	33
Gado vacum	Unidades	2313	687	1817
Gado lanígero	Unidades	316	134	632
Trigo	Alqueires	16	-	-
Valor da produção		308:325\$620	308:089\$580	111:882\$920

Fonte: Müller, 1978, p. 126.

A partir daí, o café se espalha pelo território paulista. Dados do recenseamento 1854 a produção da província passou de 590.066 para 3.534.256 arrobas, praticamente sextuplicando a quantidade produzida em 1836. Considerando a produção das localidades de Mogi-Mirim e Casa Branca, a produção da primeira, Mogi-Mirim, alcançou as 80 mil arrobas e a da segunda, Casa Branca, 1.750. Conforme a Tabela 4, em Mogi-Mirim, eram 66 fazendas produtoras, que empregavam 1.536 trabalhadores, dos quais 174 agregados, 380 colonos e 982 cativos, além de 1.500 animais de transporte. A produção total foi avaliada em 320 contos de réis, o que corresponde a 4\$000 réis por arroba. Já a cultura

cafeeira em Casa Branca apresentava números consideravelmente mais modestos. Havia um total de seis fazendas, que empregavam 400 cativos e utilizavam 89 animais para transporte. Não foram encontrados colonos e nem agregados. As 1.750 arrobas produzidas foram avaliadas em sete contos de réis, 4\$000 por arroba, mesmo valor encontrado para Mogi-Mirim.

Tabela 6 – Produção de algumas localidades paulistas, 1854

Produtos	Unidade	Mogi-Mirim e Casa Branca ^(a)	Campinas	Franca ^(b)
Café	Arrobas	81.750	335.550	sem informação
Açúcar	Arrobas	229.900	62.290	8.800
Gado	Unidades	3.600	sem informação	3.300

Fonte: Taunay, 1939, vol. 3. p. 131-132 e Bassanezi, 1998.

(a) A fim de recompor a unidade territorial de 1836, agregamos os dados de Casa Branca, vila desmembrada de Mogi-Mirim em 1841. (b) Para recompor a unidade territorial de 1836, deveríamos agregar aqui os dados de Batatais, o que não foi possível porque, segundo notas explicativas do censo, a vila de Batatais não enviou as informações solicitadas pelo recenseador.

Na vila de Campinas, eram 177 as fazendas produtoras. Estas, em 1854, haviam produzido uma safra de 335.550 arrobas. Essas unidades produtivas empregavam 28 agregados, 198 colonos e nada menos que seis mil cativos, totalizando 6.226 indivíduos. Com relação ao antigo complexo açucareiro, a produção de açúcar, que em 1836 havia sido de 158.447 arrobas, se viu reduzida a apenas 62.290 arrobas. O número de unidades produtoras, que em 1836 totalizava noventa e três, caiu pela metade. Em 1854, havia apenas quarenta e quatro engenhos funcionando.

No entanto, o antigo sertão ainda era marcado pela criação de gado. Em Franca, as 90 fazendas que se dedicavam a essa atividade utilizavam o trabalho de 326 agregados, 939 cativos e produziam 3.300 reses ao ano. A produção de derivados da cana era atividade principal de vinte fazendas, cujas produções somadas alcançaram 8.800 arrobas. Essas fazendas contavam com o trabalho de quarenta agregados e 243 cativos, totalizando 283 indivíduos. Em termos de valor, a produção anual de gado foi avaliada em Rs 45:200\$000 contos de réis, enquanto a produção de açúcar alcançou a metade dessa quantia, Rs 20:000\$000. Infelizmente, o censo não traz informações sobre a existência ou não de fazendas cafeeiras no território francano.

O café não era uma atividade a ser desempenhada em regiões distantes. O principal problema enfrentado pelos produtores que se aventuravam a produzir em regiões isoladas era como escoar lucrativamente a sua produção. Sendo assim, o que sacramenta o avanço do café no planalto paulista foi a chegada da ferrovia. Fundada em 1872, a Companhia Mogiana chega às localidades do nordeste paulista no início da década de 1880. A partir da chegada da ferrovia, o desenvolvimento da cafeicultura se intensifica, chegando a região a ser, na década final do século XIX, uma das principais produtoras de café do Brasil.

Beneficiada pela formação tardia, a área cafeeira do nordeste paulista foi uma das menos prejudicadas pela lei que libertou os cativos em 1888. Sua produção, que em 1886 era de 2.262.599 arrobas, passa a ser de 7.852.020 em 1920. Considerando agora, apenas a produção de Ribeirão Preto, ela passa de 235.430 em 1890 para surpreendentes 3.370.443 arrobas em 1901. Nessa época, o número de pés de café em produção alcançava a cifra de 29.384.996. Na safra de 1917-1918, última antes da grande geada, os números eram: 31.394.365 pés de café que produziam 2.760.000 arrobas, maior do que a produção de toda a zona Mogiana em 1886. A produção da safra seguinte cai para 1.688.000 arrobas; a de 1919-1920 para 560.000 e a safra anotada pelo censo de 1920 alcança as 741.080 arrobas, 9,4% da produção da Mogiana de Milliet. (Cf. Marcondes, 2002, p. 13) Em 1890 eram cem as fazendas produtoras. Em 1901 esse número sobe para 256, mas o censo de 1920 aponta a existência de um número menor, 141. (Cf. Marcondes, 2002, p. 13)

Na próxima seção veremos como era a estrutura de posse de escravos em Ribeirão Preto e Campanha justamente nesse contexto de expansão da cafeicultura e abolição do trabalho servil.

A ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS

A estrutura produtiva que imperou ao longo do século XIX no Sul de Minas Gerais foi notadamente fundamentada na mão de obra escrava, de modo que a instituição escravista na região persistiu até os seus últimos dias. Nas duas décadas finais do Império, a região computava quase 21% do total dos escravos da Província, atrás

apenas da Zona da Mata. A maioria das cidades do sul mineiro aumentou sua população escrava de 1873 a 1885, como é o caso de Alfenas, Cabo Verde, Caldas, Campanha, Christina, Itajubá, Jaguaray, Passos e São Sebastião do Paraíso. As que diminuíram a quantidade de cativos é provável que tenham sofrido desmembramento de seu território (Castilho, 2009).

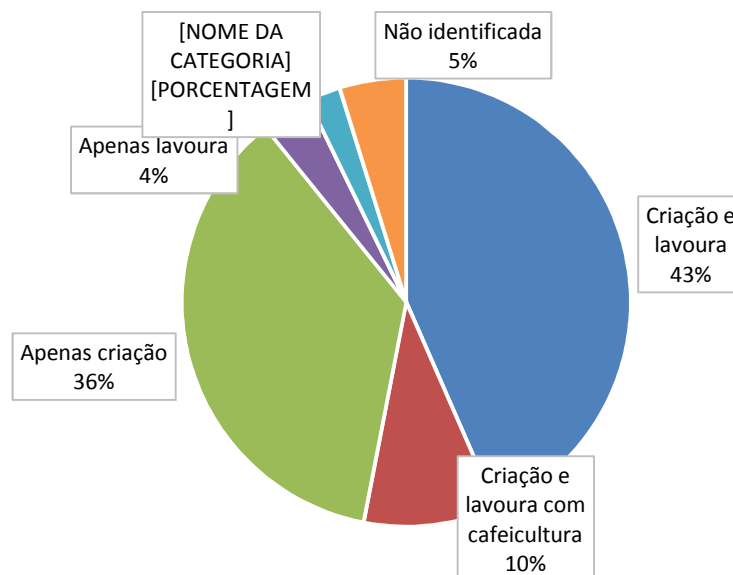
Em Campanha, os escravos estavam empregados prioritariamente no campo, cumprindo atividades relativas à criação de animais e cultivo de gêneros alimentícios. O café, que na última década da escravidão já iniciara sua expansão pelo Sul de Minas, ainda apresentava fraca produção no município, coexistindo sempre com culturas de maior vulto, como o milho e a cana.

Dos 138 inventários encontrados para Campanha no período de 1880 a 1888, 86 documentos, 62,3%, apresentam algum cativo. A partir da média de escravos em razão da quantidade de inventários, constata-se que há uma média de 4,57 escravos para cada inventariado; se considerada apenas entre os proprietários, a média tem um salto significativo, aumentando para 7,32, o que confirma o caráter escravista campanhense.

Tal média remete a uma produção rural, como de fato é o caso de Campanha. Não foi possível elencar todas as atividades dos proprietários analisados em relações aos seus negócios⁷, mas os verificados coexistem com atividades de criação. De fato, os documentos deixam claro que a produção agropastoril se utilizava intensivamente do fator trabalho, já que mais da metade dos proprietários de escravos tanto criam animais quanto plantam culturas. Dos proprietários escravistas, apenas 4 não apresentam criação ou lavoura.

⁷ O inventário do senhor Inácio José de Alvarenga destaca que em 1884 ele possuía, além de nove escravos dos quais um era chapeleiro, uma casa onde funcionava a fábrica de chapéus. O documento não deixa claro, entretanto, se a fábrica ainda funcionava ou se havia sido fechada ou transferida de dono antes da morte de Inácio. Em 1888, constava nos bens de Francisco da Cunha Mendes uma fazenda de negócios no valor de 1.913.119, porém sem clareza de quais atividades eram exercidas ou qual o caráter desses negócios.

Gráfico 1 – Principais Atividades dos Proprietários de Cativos
(Campanha, 1880-1888)



Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

Os proprietários de escravos criavam animais como gado bovino, caprino e suíno, além de cavalos e muias. As culturas mais frequentes eram o milho e a cana-de-açúcar, seguidos pelo arroz e pelo feijão, aparecendo também fumo, algodão, banana, mandioca e mamona, embora com pouca frequência. O café era produzido por 9 escravistas e 3 não escravistas⁸, demonstrando que na década da abolição ainda havia prioritariamente o emprego da mão de obra cativa nas lavouras cafeeiras por mais que essas tenham se desenvolvido com vigor apenas no início do século XX.

⁸ Mais inventários declararam a cultura do café porém sem menção a valor, tamanho ou quantidade, como é o caso de Maria Cristina Furquim, que em 1881 era dona de 2 mil pés de café, e de Antônio Pinto Caldeira, que em 1881 tinha 300.000 réis em terras e cafezal. Já nos processos de Elizabeth Máximo Brandão e Castro, e Flauzino Borges da Costa constam apenas que possuíam em 1883 “uma casa com quintal e cafezal” e em 1887 “um canavial no alto do cafezal”, respectivamente. Nesses últimos, é possível que a rubiácea fosse produzida apenas para consumo próprio, não merecendo destaque entre os bens inventariados.

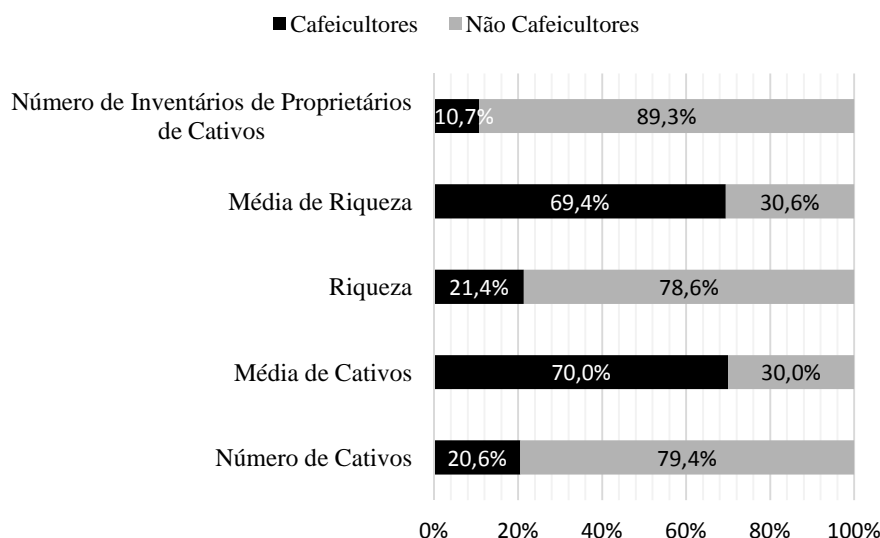
Tabela 7 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários
(Campanha, 1880-1888)

Atividades	Escravidistas		Não escravistas		Total	
	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários
Animais	101.152.907	78	35.281.600	34	136.434.507	112
Café	11.577.000	9	2.506.700	3	14.083.700	11
Demais Culturas	25.153.043	38	16.374.060	10	41.527.103	49
Total	137.882.950	125	54.162.360	47	192.045.310	172

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

Porém, como evidencia o gráfico abaixo, apenas 10,7% dos proprietários de cativos eram cafeicultores. Fato curioso é que embora a quantidade de cafeicultores seja bem menor, e conseqüentemente a riqueza e o número de cativos; tanto a média de riqueza quanto a de cativos correspondem a mais que o dobro das respectivas médias dos proprietários que não cultivam café. Sob esse aspecto, a nossa amostra, de uma maneira geral, faz crer que o café cumpre papel importante não só no uso intensivo de braços cativos mas também na acumulação de riquezas.

Gráfico 2 – Participação dos cafeicultores na Amostra de Inventários de Proprietários de Escravos
(Campanha, 1880-1888)



Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

No que diz respeito à posse de escravos, Campanha possuía relativamente poucos plantéis unitários, representando ainda menos em número absoluto de cativos se comparados a outras faixas de plantéis. Os pequenos, de dois a quatro escravos, são os maiores, com 36%, embora abarquem apenas 13,7% do total de escravos. Os unitários e os pequenos compõem juntos a metade de todas as escravarias, mas detém menos de um quarto dos cativos.

Tabela 8 – Estrutura da Posse de Cativos
(Campanha, 1880-1888)

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	12	14,0%	14,0%	12	1,9%	1,9%
2-4	31	36,0%	50,0%	86	13,7%	15,6%
5-9	23	26,7%	76,8%	152	24,1%	39,7%
10-29	18	20,9%	97,7%	276	43,8%	83,5%
30-49	1	1,2%	98,9%	47	7,5%	90,9%
50 e +	1	1,2%	100,0%	57	9,0%	100,0%
Total	86	100,0%	-	630	100,0%	-

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

A outra metade ficava por conta principalmente dos médios plantéis, de cinco a nove e de dez a vinte e nove cativos, que juntos somavam mais de 47% das escravarias e detinham mais de dois terços da população escrava do município. A amostra apresenta apenas duas grandes escravarias, que embora representem pouco, 2,4%, possuem mais de 16% da quantidade de cativos, ou seja, mais que os pequenos plantéis.

Tabela 9 – Estrutura da Posse de Cativos Consoante Atividade Característica do Inventário

(Campanha, 1880-1888)

Atividade	FTP ^(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou Criação	12	30	22	15	1	1	81
Negócio e Criação	1	-	-	1	-	-	2
Não identificada	-	1	1	2			4
Total	13	31	23	18	1	1	87

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

De acordo com a Tabela 3, todos os proprietários de cativos cuja atividade pôde ser identificada tem alguma relação com a terra, seja por meio da criação ou da lavoura. Em relação aos dois negócios declarados nos processos, o primeiro, com um escravo, consistia em uma farmácia em posse de Emiliana América Ximenes, que possuía ainda dez animais entre cavalos, muares e suínos. O segundo, com vinte cativos, era um comércio de secos e molhados pertencente ao Capitão Manoel Francisco Ribeiro, que detinha vinte e dois animais sendo vinte deles bovinos, um cavalo e um muar.

A partir da análise dos inventários, sabe-se que dona Emiliana possuía bens imóveis apenas urbanos, o que demonstra que seu escravo possivelmente era doméstico e os animais para demanda própria. Já o Capitão Manoel, no ano de 1888 possuía 37.000.000 em réis de imóveis rurais, enquanto 8.500.000 em imóveis urbanos, o que evidencia possíveis atividades rurais. Seus escravos eram campeiros, cozinheiros, caseiros, roceiros e costureiras, além de dois tropeiros, o que pode indicar que seu comércio cuidava ainda do transporte de mercadorias.

Dos proprietários que plantavam café, quatro apresentavam pequenas escravarias (dois a quatro cativos), quatro possuíam médias (dez a vinte e nove cativos) e um detinha quarenta e sete escravos em um plantel de grande porte. Nenhum cafeicultor aparenta possuir algum negócio. Desse modo, a década de 1880 foi ainda época de aproximação dos produtores com a rubiácea, que ainda desconfiavam do potencial que o dito ouro verde viria a ter nas décadas seguintes.

Ao contrário de Campanha, no mesmo período, a então vila de Ribeirão Preto encontrava-se em pleno *rush* cafeeiro. Como foi visto, a valiosa rubiácea já estava presente desde meados da década de 1860 e, desde o início da década de 1870, o município se auto denominava *exclusivamente próprio para o plantio do café*.⁹ A corrida por terras, que havia sido iniciada na década anterior se intensificou e o preço do alqueire de terras subiu significativamente. Segundo Jorge Henrique Caldeira de Oliveira, o valor médio do alqueire de terra negociado em Ribeirão Preto em 1874 “chegou a 31\$037 [...] e somente 6 anos depois em 1880 já tinha aumentado mais de 100%, chegando a 71\$817”. (Oliveira, 2003, p. 65)

Os trilhos da Companhia Mogiana, empresa fundada em Campinas no ano de 1872, alcançaram a cidade no ano de 1883, facilitando o escoamento da produção e o trânsito de pessoas. Em 1888, último ano do período escravista, o transporte de café, que em 1884 havia sido de 5.481,8 toneladas, já era de 8.467,3 toneladas.

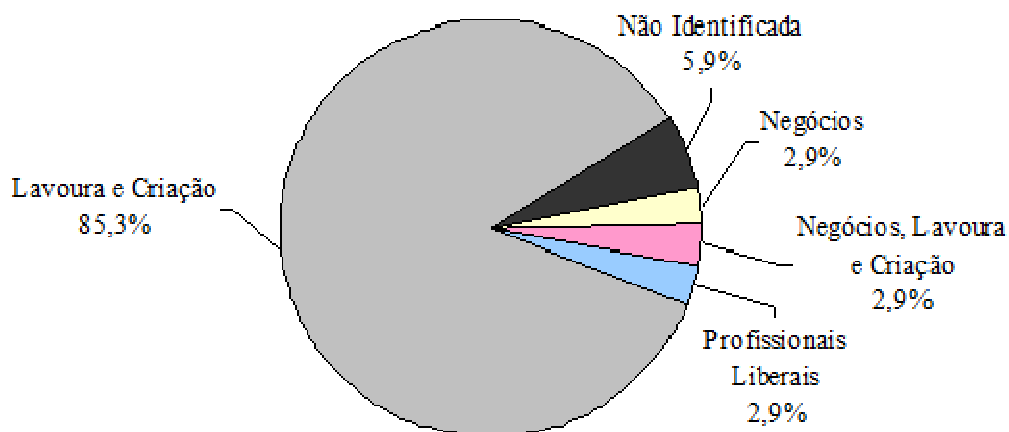
A amostra de inventários para o período 1880-1888 é composta por 98, dos quais 34 (34,7%) registravam a presença de cativos. Desses 34 proprietários, 14 (41,2%) eram do sexo feminino e 20 (58,8%) do sexo masculino. Esses senhores e senhoras possuíam um total de 282 cativos, com posse média igual a 8,3 e desvio padrão de 10,3.

Os proprietários do sexo masculino detinham 55,7% dos cativos, com posse média igual a 7,6 e desvio padrão de 10,7. O tamanho de plantel mais comum era o unitário e o índice de Gini foi calculado em 0,570. Já as proprietárias concentravam 44,3% dos cativos, com posse média igual a 8,9 e desvio padrão de 10,2. O tamanho de plantel mais comum também era o unitário e o índice de Gini foi calculado em 0,554.

A maior parte dos proprietários de cativos exercia atividades ligadas ao meio rural. Como pode ser observado no Gráfico 3, 85,3% dos senhores eram lavradores e criadores, 2,9% dedicavam-se aos negócios, 2,9% eram profissionais liberais e 2,9% dedicavam-se tanto aos negócios quanto as atividades rurais.

⁹ Em sessão de 22 de dezembro de 1874, os vereadores da cidade decidiram enviar algumas informações solicitadas pelo governo provincial “no sentido de demonstrar que este Município, é exclusivamente próprio para o plantio do café [...] Que existe alguns criadores de gado, porém que esses estão passando para o plantio do café [...]” (Ata da Câmara Municipal. Apud Santos, 1948, p. 84)

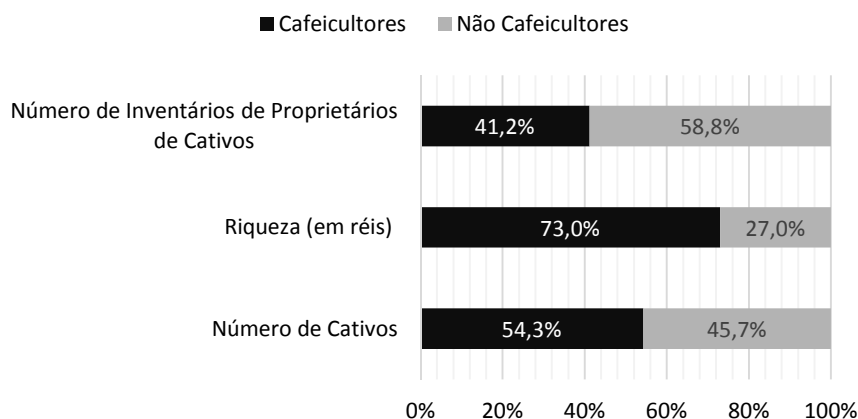
**Gráfico 3 – Atividades dos proprietários de cativos
Ribeirão Preto, 1880-1888**



Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Os senhores que eram lavradores e/ou criadores, cultivavam gêneros de subsistência, produtos de exportação, criavam gado e outros pequenos animais. Nos inventários foram encontradas plantações de milho, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, além de criações de bovinos, suínos, ovinos e equinos. O café, principal produto de exportação cultivado na localidade, está presente em quatorze processos, tanto como atividade principal como secundária. Esses cafeicultores, apesar de representarem menos da metade dos proprietários de cativos, detinham quase três quartos da riqueza inventariada e mais da metade da escravaria, como mostra o Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Participação dos cafeicultores na amostra de inventários de proprietários de escravos
Ribeirão Preto, 1880-1888**



Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão

**Tabela 10 – Estrutura da Posse de Cativos
Ribeirão Preto, 1880-1888**

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	9	26,5%	26,5%	9	3,2%	3,2%
2-4	8	23,5%	50,0%	25	8,9%	12,1%
5-9	9	26,5%	76,5%	56	19,9%	32,0%
10-29	5	14,7%	91,2%	85	30,1%	62,1%
30-49	3	8,8%	100,0%	107	37,9%	100,0%
50 e +	-	-	-	-	-	-
Total	34	100,0%	-	282	100,0%	-

Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão
(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Conforme os dados da Tabela 10, a maior parte dos plantéis são os unitários e pequenos, de dois a quatro cativos. A porcentagem de plantéis unitários alcança 26,5%. Os plantéis entre dois e quatro cativos totalizam 23,5%. Os plantéis médios, de cinco a nove e de dez a vinte e nove cativos, somam 41,2%. A porcentagem de grandes plantéis alcança 8,8%. O índice de Gini foi calculado em 0,573.

A análise dos dados apresentados na Tabela 11 mostra que não foi possível identificar uma relação direta entre atividade do inventário e tamanho de plantel de cativos. As médias e grandes posses nem sempre estavam empregadas em atividades exclusivamente rurais, do mesmo modo havia proprietários com ocupações de caráter mais urbano que possuíam plantéis de médio porte.

Tabela 11 - Estrutura da posse de cativos consoante atividade/ocupação do inventário
Ribeirão Preto, 1880-1888

Atividade	FTP ^(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou Criação	8	7	7	4	3	-	29
Negócio	-	-	1	-	-	-	1
Negócio, Lavoura e Criação	-	1	-	-	-	-	1
Profissionais Liberais	1	-	-	-	-	-	1
Não identificada	-	-	1	1			2
Total	9	8	9	5	3	0	34

Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Offícios de Ribeirão Preto e São Simão
(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Esse é o caso do negociante Francisco Custódio Braga. Sua esposa, Maria Victoria de Jesus, faleceu em Ribeirão Preto no ano de 1883. No inventário dos bens do casal constava uma casa na vila, um casal de bovinos, algumas dívidas passivas e os escravos: Joana, vinte anos; Jacintha, dezenove anos; Mariana, quatorze anos; Casimiro, vinte e sete anos, libertado no testamento; e Maria, quarenta e nove anos, também libertada no testamento. Ao que tudo indica, Francisco possuía o negócio em sociedade com dois irmãos, listados na Qualificação de Votantes como caixeiros.

Além de analisar a estrutura da posse de todos os proprietários, torna-se relevante percorrer a estrutura da posse dos que cultivavam café. Ainda que esses senhores não possam ser comparados com os grandes cafeicultores que a localidade abrigou durante o final do século XIX e início do século XX, o estudo de sua estrutura de posse, assim como das características de sua escravaria podem ajudar a compreender os momentos iniciais da cafeicultura no Novo Oeste de São Paulo.

Conforme os dados da Tabela 12, os proprietários de cativos que cultivavam café possuíam plantéis de quase todas as faixas de tamanho consideradas. A maior parte destes tinha escravarias entre dois e nove elementos com razões de sexo elevadas. Considerando a totalidade dos cativos, a razão de sexo foi calculada em 129,3. Considerando apenas os cativos dos cafeicultores esse índice sobe para 142,9.

A proporção de homens na população cativa ribeirãopretana, ainda que elevada, não chegava a ser tão grande quanto a encontrada para outras localidades com economias voltadas à grande lavoura de exportação, em especial o café. Warren Dean, estudando a economia de Rio Claro encontrou para os anos de 1884 e 1887 razões de sexo iguais a 158,4 e 164,3 respectivamente. (Cf. Dean, 1977, p. 71) Analisando as alforrias em Campinas, Peter Eisenberg encontrou razões de sexo ainda maiores. Para o ano de 1885, esse índice foi calculado em 196,9 e para o período 1886-1887 o mesmo indicador chegou a 213,3. (Cf. Eisenberg, 1987, p. 185) Ao estudar a propriedade cativa na antiga vila de Mogi-Mirim no período 1851-1888 utilizando as informações dos inventários post-mortem da localidade, Leonel de Oliveira Soares também encontrou razões de sexo elevadas, em especial dos cativos cujos proprietários eram produtores de derivados de cana ou café. A razão de sexo dos escravos cujos senhores eram produtores de cana-de-açúcar e derivados foi calculada em 182,2. O cálculo do mesmo índice para os cafeicultores resultou em 157,4. E, finalmente, os cativos daqueles que produziam derivados de cana-de-açúcar e também café tinham razão de sexo igual a 181,4. (Cf. Soares, 2003, p. 105)

Tabela 12 - Estrutura da posse de escravos que cultivavam café

Ribeirão Preto, 1880-1888

Atividade	FTP(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou Criação	2	3	4	2	2	-	13
Negócio, Lavoura e Criação	-	1	-	-	-	-	1
Total	2	4	4	2	2	0	14

Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Offícios de Ribeirão Preto e São Simão
(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Um desses cafeicultores era José Dias de Oliveira. Quando faleceu, José era casado com Marcolina Francisca do Nascimento, com quem tinha nove filhos. Entre seus bens foram encontrados alguns móveis, terras na fazenda Boa Vista com algumas benfeitorias, oitenta alqueires de café com casca, além dos cativos: Iria, treze anos; Pedro, quinze anos; Joaquim, vinte e três anos; Gabriel, vinte e cinco anos; João, trinta e três anos; e Ignez, com quarenta e três anos. O cafezal possuído por Oliveira não estava localizado em terras de sua propriedade. Tal ocorrência não era comum, já que normalmente os cafezais encontrados eram plantados em terras do próprio inventariado. Além da mão-de-obra dos cativos e possivelmente de sua família, José contava também com a ajuda de um agregado, Francisco Cunha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas mostraram que a posse cativa em Campanha e Ribeirão Preto não se mostrou muito distante dos padrões tradicionais presentes na historiografia. Para ambas localidades, encontrou-se uma quantidade maior de pequenas escravarias, embora as faixas médias de tamanho de plantel, como esperado, concentrassem maior número de cativos. No entanto, as médias e os índices de Gini calculados indicaram uma concentração moderada da propriedade cativa em todos os períodos considerados. As principais atividades dos proprietários de cativos eram a lavoura e a criação de animais, com destaque para os inventários em que foi localizada a cultura cafeeira. Em Campanha, os processos com lavoura de café empregavam quase metade dos escravos em escravarias pequenas, de dois a quatro cativos, e quase a outra metade em escravarias médias, de dez a vinte e nove; um plantel apresentava quarenta e sete elementos. Já em Ribeirão Preto, a valiosa rubiácea estava presente em inventários de proprietários com escravarias dos mais diversos tamanhos, desde as posses unitárias até os plantéis com mais de trinta cativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *A vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas*. Varia História, UFMG - FAFICH - Belo Horizonte, v. 23, p. 214-233, 2000.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elite escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX*. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19.

IBGE. *Campanha, Minas Gerais – MG*. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958. Disponível em <
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

COSTA, Maria Lucia Prado. *Fontes para a história social do sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Escravos, polícia e conflitos sociais às vésperas da abolição*. Minas Gerais - 1880-1888. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo-SP. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

FILETTO, Ferdinando; ALENCAR, Edgar. *Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais*. Revista de Administração da UFLA. v.3 – nº 1 – jan/jun – 2001.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 27.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil, 1808-1842*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LUNÉ, A. José B. & FONSECA, Paulo D. da. *Almanak da Província de São Paulo*. São Paulo, 1873.

MARCONDES, R. L. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. Texto para discussão. Série Economia. São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000, 30p. (mimeografado).

MIRANDA, J. P. de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.

MOTTA, J. F. & MARCONDES, R. L. *O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870*. *Estudos Econômicos* 30 (2): 267-299, abr./jun. 2000.

REBELLO, Ricardo Moreira. *O município de Machado até a virada do milênio*. Machado: s. d., 2006.

SOARES, Moacyr Brêtas. *Muzambinho: sua história e seus homens*. 1940.

VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. 29 (1), jan/mar. 1967.

ZEMELLA, M. P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990. 247 p.

FONTES PRIMÁRIAS

Inventários Pós-Mortem de Ribeirão Preto e Campanha, 1880-1888.

Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão

Colombo. Campanha, 8 de janeiro de 1873. Disponível em:

<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?cid=2909>>.

Acesso em fev. 2015.